

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA Nº 0123/2006

Pelo presente instrumento, por um lado a **Agência Nacional de Saúde Suplementar**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial vinculada ao Ministério da Saúde, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Dr. Fausto Pereira dos Santos, doravante denominada **ANS**, e por outro lado a operadora de planos privados de assistência à saúde denominada **Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - Unafisco**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.657.699/0001-55, com sede na cidade de Brasília, na SDS conjunto Bacarat, 1º andar, salas 1/1 – Asa Sul, neste ato representada por Idene Argemiro de Magalhães, brasileira, separada judicialmente, portadora da Cédula de Identidade nº 312.883, expedida pela Polícia Civil/MG, inscrita no CPF sob o nº 229.182.216-00, com poderes para firmar compromissos em nome da operadora, nos termos do Estatuto Social e Ata de Eleição datada de 16 e 17 de junho de 2005 e o Termo de Posse dos componentes da Diretoria, documentos estes juntados aos autos do Processo Administrativo de nº 33902.160889/2005-91, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, com fundamento no inciso XXXIX do artigo 4º da Lei 9.961, de 28 de janeiro de 2000, combinado com o artigo 29 da Lei nº 9.656 de 03 de junho de 1998, e na forma da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC n.º 57, de 19 de fevereiro de 2001,

considerando que a **ANS**, na forma de suas competências legais, está autorizada a celebrar, no âmbito dos processos administrativos sancionadores, compromisso de ajuste de conduta, conforme disposto no parágrafo 1º do art. 29 da Lei nº 9656/1998;

considerando a existência do Processo Administrativo de caráter sancionador, instaurado sob o nº 33902.205458/2002-19, com o objetivo de apurar condutas infrativas imputadas à **COMPROMISSÁRIA**;

considerando a necessidade de adequação das condutas em apuração no referido processo às normas estabelecidas pela Lei 9.656/98 e sua regulamentação, bem como a necessidade de se evitar a prática reiterada destas condutas por parte da **COMPROMISSÁRIA**, objetivando-se, assim, atender ao interesse público visado com a regulação do mercado de saúde suplementar;

considerando, finalmente, o interesse da **COMPROMISSÁRIA**, ainda que não reconheça a ilicitude das condutas em apuração, em assumir obrigações positivas e negativas que assegurem sua plena regularização perante esta Agência Reguladora;

resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta, aprovado pela Diretoria Colegiada da **ANS** na Reunião, realizada em 05 de junho de 2006, de acordo com as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Este Termo tem por objeto o ajustamento de condutas em apuração no Processo Administrativo nº 33902.205458/2002-19, instaurado em decorrência de fiscalização do Programa Olho Vivo, pela Gerência-Geral de Fiscalização Planejada/DIFIS, resultando na lavratura do Auto de Infração de nº 10963, em razão da constatação de artigos constantes do Regulamento do Unafisco Saúde em desconformidade com a legislação, verificadas na oferta do produto provisoriamente registrado na **ANS** sob o número 437.257/02-3, correspondente aos seguintes dispositivos:

- a. **Capítulo VI, artigos 23 a 27** – Deixar de garantir coberturas de todas as doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde - CID –10, em inobservância ao disposto no art.10, caput e inciso I do art. 12 da Lei 9.656/98 c/c art. 7º da RDC 24/00;
- b. **Capítulo VI, artigos 23 a 27** – Deixar de garantir cobertura para atendimento de urgência e emergência no segmento ambulatorial, em inobservância ao disposto no art.2º da CONSU 13 de 03/11/98, editada com base nos incisos I e II do art. 35-C da Lei 9.656/98, c/c inciso XI do art. 5º da RDC 24/00;
- c. **Capítulo VI, artigos 23 a 27** – Deixar de garantir cobertura para atendimento de urgência e emergência no segmento hospitalar, em inobservância ao disposto no art.2º e no §1º do art.3º da CONSU 13 de 03/11/98, editada com base nos incisos I e II do art. 35-C da Lei 9.656/98, c/c inciso XI do art. 5º da RDC 24/00;
- d. **Capítulo VI, artigos 23 a 27** – Deixar de garantir cobertura para atendimento de urgência e emergência no processo gestacional, em inobservância ao disposto no art.4º da CONSU 13 de 03/11/98, editada com base no inciso II do art. 35-C da Lei 9.656/98, c/c inciso XI do art. 5º da RDC 24/00;
- e. **Capítulo VI, artigos 23 a 27** – Deixar de garantir cobertura de todos os transtornos psiquiátricos listados na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde - CID –10, em inobservância ao disposto no art.1º da CONSU 13 de 03/11/98, editada com base nas alienas“a” dos incisos I e II do art. 12 e inciso VI do art. 16 da Lei 9.656/98, c/c inciso IV do art. 7º da RDC 24/00;
- f. **Capítulo VI, artigos 23 a 27** – Deixar de garantir cobertura de para emergências psiquiátricas conforme previsto na legislação, em inobservância ao disposto na aliena “a”, inciso I, art. 2º da CONSU 11, de 03/11/98, editada com base no inciso I do art. 12, inciso VI do art. 16 e incisos I e II, p. único do art. 35-C da Lei 9.656/98, c/c inciso IV, do art. 7º da RDC 24/00;

- g. **Capítulo VI, artigos 23 a 27** – Deixar de garantir cobertura de oito semanas anuais para tratamento em regime de hospital-dia para os transtornos mentais, em inobservância ao disposto no inciso I, art.5º da CONSU 11 de 03/11/98, editada com base na aliena “a”, inciso II do art. 12 e inciso VI do art. 16 da Lei 9.656/98, c/c inciso IV do art. 7º da RDC 24/00;
- h. **Capítulo VI, artigos 23 a 27** – Deixar de garantir cobertura para tratamento em regime de hospital-dia para transtornos mentais, em inobservância ao disposto no inciso II, art.5º da CONSU 11 de 03/11/98, editada com base no inciso II do art. 12 e inciso VI do art. 16 da Lei 9.656/98, c/c inciso IV do art. 7º da RDC 24/00;
- i. **Capítulo VI, artigos 23 a 27** – Deixar de garantir cobertura assistencial para filho recém-nascido, natural ou adotivo, nos primeiros trinta dias após o parto, em inobservância ao disposto no inciso I, art.5º da CONSU 11 de 03/11/98, editada com base na aliena “a”, inciso III do art. 12 da Lei 9.656/98, c/c inciso IV do art. 7º da RDC 24/00;
- j. **Capítulo VI, artigos 23 a 27** – Deixar de garantir cobertura de inscrição de filho adotivo, menor de doze anos de idade, com aproveitamento das carências do usuário adotante, em inobservância ao disposto no inciso VII, art. 12 da Lei 9.656/98, c/c inciso IV do art. 7º da RDC 24/00;
- k. **Capítulo VI, artigos 23 a 27** – Deixar de garantir cobertura de remoção para o Sistema Único de Saúde - SUS após realizados os atendimentos classificados como urgência e emergência, quando caracterizada pelo médico assistente a falta de recursos oferecidos pela unidade para continuidade de atenção ao paciente ou pela necessidade de internação, e que caberá à Operadora o ônus e a responsabilidade da remoção para uma unidade do SUS, em inobservância ao disposto no inciso IV, art.4º da CONSU 10 de 03/11/98 c/c §2º do art.7º da CONSU 13 de 03/11/98, editadas com base nos incisos I e II do art. 12 e no art. 35-C da Lei 9.656/98, c/c inciso XI do art. 5º da RDC 24/00;
- l. **Capítulo VI, artigos 23 a 27** – Deixar de garantir cobertura de remoção para o Sistema Único de Saúde - SUS após realizados os atendimentos classificados como urgência e emergência, quando caracterizada pelo médico assistente a falta de recursos oferecidos pela unidade para continuidade de atenção ao paciente ou pela necessidade de internação, só cessando a sua responsabilidade sobre o paciente quando efetuado o registro na unidade do SUS, em inobservância ao disposto no §3º do art.7º da CONSU 13 de 03/11/98, editada com base nos incisos I e II do art. 12 e no art. 35-C da Lei 9.656/98, c/c inciso XI do art. 5º da RDC 24/00;
- m. **Capítulo VI, artigos 23 a 27** – Deixar de garantir cobertura de reembolso das despesas médico-hospitalares em casos de urgência e emergência, efetuadas em prestador não credenciado, em inobservância ao disposto no inciso IV, art. 12 da Lei 9.656/98, c/c inciso IV do art. 7º da RDC 24/00.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

Para dar exato cumprimento às normas que regulamentam o exercício da atividade de comercialização de planos privados de assistência à saúde, nos termos do que estabelece a Lei nº 9.656/98 e sua regulamentação, a **COMPROMISSÁRIA** obriga-se a praticar todos os atos a seguir indicados, sujeitando-se às respectivas multas pecuniárias em caso de descumprimento:

2.1 – Obrigação assumida pela COMPROMISSÁRIA referente ao pleno ajuste das condutas descritas nos itens 1.1 da cláusula precedente:

2.1.1 – Requerer, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do presente Termo e nas condições indicadas na RN nº 85, de 07 de dezembro de 2004, alterada pela RN nº 100, de 06 de junho de 2005, o registro definitivo do produto registrado provisoriamente sob o número 437.257/02-3, com vistas à completa regularização das condutas infrativas detectadas nos artigos do Regulamento do Unafisco Saúde

2.2 – Obrigação assumida pela COMPROMISSÁRIA referente à futura comercialização do produto provisoriamente registrado na ANS sob o número 437.257/02-3, através do Regulamento designado Unafisco Saúde

2.2.1 – Cessar, a partir da data de assinatura do presente Termo até a obtenção do registro definitivo, a utilização de qualquer instrumento contratual que confronte com as obrigações assumidas neste Termo, incluindo a utilização do Regulamento Unafisco Saúde, para comercialização do produto provisoriamente registrado na ANS sob o número 437.257/02-3, caso esse instrumento contratual ainda contenha algum dispositivo em desconformidade com a legislação, como os enumerados na CLÁUSULA PRIMEIRA do presente Termo.

2.3 – Obrigações assumidas pela COMPROMISSÁRIA referente ao aditamento do Regulamento denominado Unafisco Saúde, por ela comercializado até a data de assinatura do presente Termo:

2.3.1 – Apresentar, para aprovação da ANS, mediante correspondência encaminhada à Gerência Geral de Fiscalização Planejada, na Avenida Augusto Severo, nº 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro – CEP 20021-040, no prazo de 30 (trinta) dias após a obtenção do registro definitivo dos produtos indicados no item anterior, a minuta para aditamento ao texto atual do Regulamento do Unafisco Saúde, em data anterior à de assinatura do presente Termo em decorrência da oferta do produto registrado provisoriamente sob o número 437.257/02-3, contemplando todas as alterações promovidas nas disposições regulamentares aprovadas no processo de concessão do registro definitivo de tal produto.

2.3.2 – Encaminhar à Gerência Geral de Fiscalização Planejada – GGFIP, da Diretoria de Fiscalização – DIFIS, **no prazo de 30 (trinta) dias** da aprovação da minuta de aditamento de que trata o item 2.3.1, uma via do aditamento ao Regulamento do Unafisco Saúde em vigor na data da assinatura do presente Termo, nos termos aprovados pela **ANS**.

2.3.3 – Comunicar aos titulares do Unafisco Saúde, **no prazo de 30 (trinta) dias após o encaminhamento de que trata o item anterior**, as alterações promovidas no Regulamento do Unafisco Saúde, convocando-os para retirar os respectivos aditamentos em qualquer das regionais da Operadora.

2.3.3.1 – A obrigação assumida neste item deverá ser comprovada mediante apresentação de AR endereçado ao titular do Unafisco Saúde, ou qualquer outra forma que comprove a ciência inequívoca do beneficiário titular, deixando tais comprovantes disponíveis à fiscalização da **ANS** a ser realizada após o encerramento do prazo de vigência deste TCAC.

2.4 – Pelo descumprimento das obrigações assumidas no caput desta cláusula, a **COMPROMISSÁRIA** ficará sujeita, enquanto perdurar o eventual descumprimento, às seguintes **multas diárias**:

2.4.1 – Pelo descumprimento da obrigação indicada no item 2.1.1, **multa diária no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**.

2.4.2 – Pelo descumprimento da obrigação indicada no item 2.2.1, **multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

2.4.3 – Pelo descumprimento da obrigação indicada no item 2.3.1, **multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

2.4.4 – Pelo descumprimento da obrigação indicada no item 2.3.2, **multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

2.4.5 – Pelo descumprimento da obrigação indicada no item 2.3.3, **multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PROCESSO DE AJUSTAMENTO DA(S) CONDUTA(S)

O acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações assumidas na cláusula anterior serão coordenados pela Diretoria de Fiscalização - DIFIS, com apoio da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos – DIPRO, em razão de suas competências regimentais.

3.1 – Encerrados os prazos concedidos para ajustamento pleno das condutas e realizadas as diligências necessárias à verificação dos atos praticados pela **COMPROMISSÁRIA**, a Diretoria de Fiscalização elaborará parecer conclusivo e propositivo a ser encaminhado à Diretoria Colegiada.

3.2 – Na hipótese de o parecer elaborado propor o reconhecimento de não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas pela **COMPROMISSÁRIA**, será concedido prazo de 10 (dez) dias, contados da data da intimação, para que esta se manifeste, antes de o processo ser encaminhado para julgamento pela Diretoria Colegiada.

3.3 – Observados os procedimentos estabelecidos nos itens anteriores, o processo será encaminhado à Diretoria Colegiada que deliberará sobre o cumprimento ou não das obrigações assumidas pela **COMPROMISSÁRIA**.

CLÁUSULA QUARTA - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

O Processo Administrativo de nº 33902.205458/2002-19 ficará suspenso a partir da data da assinatura do presente Termo e assim permanecerá até que haja decisão quanto ao cumprimento das obrigações estabelecidas no TCAC pela Diretoria Colegiada.

4.1 – Reconhecido o cumprimento integral das obrigações assumidas, o Processo Administrativo Sancionador será julgado extinto e arquivado.

4.2 – Declarado o não cumprimento de qualquer das obrigações, o processo administrativo sancionador que tiver por objeto a investigação de obrigação não cumprida terá sua suspensão revogada, prosseguindo exclusivamente com relação a tal(is) obrigação(ões).

4.3 – Além da revogação de suspensão indicada no item anterior, o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta será enviado à Procuradoria-Geral da **ANS** para execução judicial, na forma do art. 645 do Código de Processo Civil, das obrigações não cumpridas, bem como do valor correspondente à incidência das multas diárias previstas na Cláusula Segunda, sem prejuízo das penalidades a serem aplicadas pela Diretoria de Fiscalização, de acordo com o disposto no art. 14 da RDC nº 57/2001, decorrente da infração que vier a ser comprovada no âmbito do processo sancionador.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo passa a vigorar a partir da data de sua assinatura, encerrando sua vigência **90 (noventa) dias** após a concessão pela **ANS** do registro definitivo dos produtos a que se refere o item 2.1.1 supra.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO DO TCAC

Este Termo será extinto com a declaração da Diretoria Colegiada de cumprimento de todas as obrigações nele assumidas, com o conseqüente arquivamento do processo administrativo de natureza sancionadora que lhe deu origem.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DE NOVO TCAC

A **COMPROMISSÁRIA** declara-se ciente de que o descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente ajuste implicará, além das medidas indicadas nas cláusulas precedentes, na impossibilidade de celebração de outro Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar do ato de revogação da suspensão do processo administrativo sancionador.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Este Termo será publicado no Diário Oficial da União em até 05 (cinco) dias úteis após sua assinatura, na forma de extrato, e seu inteiro teor será divulgado na página da **ANS**, no endereço eletrônico <http://www.ans.gov.br>.

E, estando a **COMPROMISSÁRIA** de acordo com as condições aqui estabelecidas, e ciente de que o descumprimento total ou parcial do presente Termo ensejará sua remessa à Procuradoria da **ANS** para execução judicial das obrigações dele decorrentes como título executivo extrajudicial, é o presente assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os fins de direito.

Brasília, de de 2006.

**SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL
IDENE ARGEMIRO DE MAGALHÃES**

**AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS
DR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS**